

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS INFORME BRASIL Nº087

Período: de 28/06/03 a 04/07/03

Franca – Brasil

- 1 - Militares investigaram secretário estadual de Esportes do Rio de Janeiro
- 2 - Sistema de armas que centraliza informações no Exército é ineficiente
- 3 – Ministro da Defesa brasileiro não quer Exército no policiamento
- 4 - Em ato de represália, EUA suspendem ajuda militar a cerca de 50 países, incluindo o Brasil
- 5 - Presidente brasileiro discutirá terrorismo
- 6 - Exército deverá abrir 600 vagas este ano
- 7 - Deputada assina artigo em defesa da Amazônia
- 8 - Força Aérea Brasileira (FAB) transporta alimentos para cidade isolada
- 9 - Especialista colombiano defende mapeamento por satélite do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terras (MST)
- 10 - Recrutas serão integrados à Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul

Militares investigaram secretário estadual de Esportes do Rio de Janeiro

De acordo com o jornal *O Globo*, agentes da inteligência das Forças Armadas investigaram uma possível ligação do atual secretário de esportes do Rio de Janeiro, Francisco de Carvalho, com o traficante Francisco Paulo Testas Monteiro. As informações aparecem em um dossiê que foi entregue à Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança (SSI). A investigação foi suspensa, contudo, em 1999, três meses depois de Carvalho ter sido nomeado para a diretoria da Suderj pelo então governador do Rio, Anthony Garotinho. Segundo o jornal, um documento confidencial da SSI aponta que as investigações promovidas pelas Forças Armadas iniciaram-se na Marinha e depois foram transferidas para o Exército, onde foram conduzidas pelos agentes do Centro de Inteligência do Exército (CIE) do Comando Militar do Leste (CML). O objetivo da operação era comprovar a ligação entre líderes comunitários de favelas, incluindo Francisco Carvalho, com traficantes e membros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). O ex-governador e atual secretário de Segurança do Rio de Janeiro alega não ter tomado conhecimento do relatório da SSI. Carvalho também disse desconhecer o documento. O coronel da reserva do Exército Romeu Antônio Ferreira, que na época chefiou o processo, afirmou que não está ciente dos motivos que levaram à interrupção do trabalho. Segundo a *Folha de S. Paulo*, Romeu Ferreira informou que recomendou o arquivamento do caso por falta de provas. O Ministério Público e a Comissão de Segurança Pública da Alerj vão requisitar o documento das Forças Armadas para que este seja repassado aos responsáveis pela apuração da ligação de Francisco com o tráfico. (O Globo – Rio – 29/06/03; O Globo – Rio – 30/06/03; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 30/06/03)

Sistema de armas que centraliza informações no Exército é ineficiente

De acordo com o jornal *O Globo*, o Sistema Nacional de Armas (Sinarm), criado em 1997 para regulamentar as armas vendidas à população, não conseguiu promover o registro dos armamentos leves utilizados no país,

deixando de fora informações sobre armas usadas por polícias civis e militares, as armas apreendidas nos Estados e aquelas utilizadas por colecionadores e atiradores profissionais. A lei que determinou a criação do Sinarm delegou ao Exército a responsabilidade de fiscalizar as fábricas de armas e de registrar o armamento dos colecionadores. As informações acabaram ficando centralizadas no Exército, em vez de serem encaminhadas ao cadastro nacional mantido pela Polícia Federal que disponibiliza dados para as polícias estaduais. (O Globo – Rio – 29/06/03)

Ministro da Defesa brasileiro não quer Exército no policiamento

Mesmo diante do resultado dos exercícios combinados das Forças Armadas brasileiras nas fronteiras do Brasil com a Colômbia e o Peru, que paralisaram durante uma semana o tráfico de drogas e armas na região, o ministro da Defesa, José Viegas Filho, e o comandante do Exército, general Francisco Albuquerque, rechaçam a possibilidade de os militares participarem rotineiramente de ações de combate ao narcotráfico e à violência. Ambos defendem a modificação da legislação existente de forma a dar segurança jurídica aos militares durante a realização de operações específicas que, insistem, não podem ocorrer de forma rotineira. O ministro Viegas declarou que as Forças Armadas estão prontas para apoiar as forças policiais, mas não para substituí-las. Segundo o general Albuquerque, é preciso que o Congresso proporcione a legislação ideal para a atuação, quando ela for solicitada. O general acompanhou Viegas no encerramento da “Operação Timbó”, em Tabatinga, na fronteira com a Colômbia e aproveitou a oportunidade para fazer um apelo ao Poder Judiciário, para que proporcione maior agilidade aos processos, além de defender uma mudança na legislação prisional. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 01/07/03)

Em ato de represália, EUA suspendem ajuda militar a cerca de 50 países, incluindo o Brasil

O governo americano suspendeu a ajuda militar aos cerca de 50 países signatários do acordo de ratificação do Tribunal Penal Internacional (TPI) que não firmaram acordo bilateral com os Estados Unidos para isentar os americanos de um eventual processo. Entre outros países, figuram na lista de punidos o Brasil, a Colômbia e os candidatos a ingressar na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), como Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Eslováquia e Eslovênia. A Casa Branca não apoiou a ratificação do TPI, com sede em Haia (Holanda), por temer que seus comandantes militares e outros funcionários em atividade no exterior sejam eventualmente denunciados por crimes passíveis de julgamento naquela corte. A medida, tomada neste último dia 01, integra uma lei aprovada em 2002 pelo Congresso americano sobre proteção de militares em serviço, que, no entanto, eximiu 22 países, entre eles os 19 países membros da Otan e outros nove "grandes aliados" dos EUA que não fazem parte daquela aliança. De acordo com o porta-voz do Departamento de Estado, Richard Boucher, do total dos cerca de 50 países, 35 vinham recebendo ajuda militar neste ano. Ele ressaltou que, em alguns casos, quase todo o dinheiro já havia sido remetido, como no caso da Colômbia, pois os EUA enviaram a Bogotá este ano US\$ 95 milhões de um montante previsto de US\$ 100 milhões, portanto a soma congelada só atingirá US\$ 5 milhões. A Colômbia vem recebendo maciça ajuda financeira do governo americano para

combater o narcotráfico, atualmente é o terceiro país que mais recebe apoio econômico e financeiro norte-americano, depois de Israel e Egito. Ainda de acordo o porta-voz Boucher, o combate ao narcotráfico não foi afetado pela decisão da Casa Branca. Para Richard Dicker, diretor do Programa de Justiça Internacional da Human Rights Watch, a medida prejudicará alguns objetivos do próprio governo americano, como a contenção do narcotráfico no Caribe e a expansão da Otan para o Leste Europeu. Apenas a Romênia, dos sete países do antigo bloco comunista interessados em ingressar na Otan, firmou o tratado de imunidade e continuará recebendo ajuda. No caso da América Latina, além de Brasil e Colômbia, tiveram a ajuda militar americana congelada Costa Rica, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Até o momento 44 países firmaram publicamente tratados de imunidade com os Estados Unidos, sete deles firmaram o acordo sem anunciá-lo formalmente. A posição brasileira foi divulgada em nota do Ministério das Relações Exteriores que reiterou que o governo não pretende assinar acordo bilateral com os EUA para dar imunidade aos cidadãos americanos nos processos abertos pelo Tribunal Penal Internacional (TPI), que vai julgar pessoas acusadas de crimes de guerra, contra a humanidade e genocídio. O Itamaraty informou ainda que a assistência militar prestada pelos EUA ao Brasil não é significativa, contudo afirma que "o governo brasileiro reitera seu interesse em preservar as tradicionais relações e a cooperação entre as Forças Armadas dos dois países". O ministério da Defesa, José Viegas, disse que "não há ajuda militar norte-americana, portanto, nada muda". Fontes militares esclareceram que os poucos programas de colaboração com os EUA não são relevantes para as Forças Armadas e que atualmente o Brasil possui somente um programa de cooperação com os EUA que será cancelado a partir de outubro. O periódico *O Estado de S. Paulo* informou que o montante de ajuda suspensa é de mais de US\$ 18 milhões; desse total US\$ 464 mil destinava-se às Forças Armadas brasileiras. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 01/07/03; Folha de S. Paulo – Mundo – 01/07/03; O Estado de S. Paulo – Internacional – 02/07/03; Folha de S. Paulo – Mundo – 02/07/03; O Globo – O Mundo – 02/07/03; Correio Braziliense – Mundo – 02/07/03; Jornal do Brasil – Internacional – 02/07/03; O Estado de S. Paulo – 04/07/03)

Presidente brasileiro discutirá terrorismo

Marco Aurélio Garcia, assessor para Assuntos Internacionais da Presidência da República, informou que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá participar de um seminário internacional no próximo dia 22 de setembro, em Nova York (EUA), que terá entre os principais temas o terrorismo internacional. (Correio Braziliense – Política – 04/07/03)

Exército deverá abrir 600 vagas este ano

O Exército anunciou que irá preencher 600 vagas este ano, além das 1.409 vagas já abertas nas Forças Armadas, distribuídas entre seis concursos públicos. Das 600 vagas criadas pelo Exército, 500 farão parte da Escola Preparatória do Exército, em São Paulo e 100 do Quadro de Engenheiros Militares. (Correio Braziliense – Economia – 04/07/03)

Deputada assina artigo em defesa da Amazônia

Em artigo publicado na coluna “Opinião” do jornal *Correio Braziliense*, a deputada federal Perpétua Almeida (PC do B-AC) – articuladora da Frente Parlamentar em Defesa da Amazônia – apontou a fragilidade do Brasil na defesa da Amazônia brasileira, acarretando problemas como o narcotráfico, a biopirataria e a exploração ilegal de madeira, somando-se a isso, ainda, a insuficiência do efetivo do Exército e da Polícia Federal para a vigilância das fronteiras. A deputada afirmou que “estamos sendo agredidos em nossa soberania e contra isso é que se deve rebelar o Congresso Nacional”. Ainda segundo Perpétua Almeida, “é imprescindível a formação de um bloco parlamentar que olhe prioritariamente para os problemas da região. A Frente Parlamentar de Defesa da Amazônia Sustentável começa a se formar. (...) Já estaria dado o primeiro passo para a formação de uma imensa união em defesa de um bem que é dos brasileiros e como tal deve contar com a defesa dos congressistas. A causa é nacional, e as ações também devem ter essa chancela”. (Correio Braziliense – Opinião – Perpétua Almeida – 04/07/03)

Força Aérea Brasileira (FAB) transporta alimentos para cidade isolada

Um *Búfalo* da Força Aérea Brasileira (FAB) deve levar cerca de 13 toneladas de hortifrutigranjeiros que serão comercializados a baixo custo para o município de Cruzeiro do Sul (Estado do Acre). A estrada que leva à cidade – a rodovia BR-364, que possui 676 quilômetros, dos quais somente 146 são asfaltados – só é transitável de julho a setembro, condenando ao isolamento oito cidades da região. Esse isolamento acarreta um alto custo dos alimentos, especialmente frutas, verduras e aves, que são transportadas exclusivamente de avião. (Jornal do Brasil – Tempo Real – 04/07/03)

Especialista colombiano defende mapeamento por satélite do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)

O consultor em inteligência Daniel Gómez, coronel da reserva das Forças Armadas da Colômbia e analista de risco corporativo da empresa americana Texas Shield sugeriu que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) seja mapeado por satélite a fim de que seja traçado seu tamanho e perfil: quantos são de fato os ocupantes das áreas invadidas, os acampados nas áreas de espera e os assentados que se mantêm trabalhando nas glebas recebidas do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra). Segundo Gomes – que coordenou, entre 1998 e 2000, sob ordens do ex-presidente Andrés Pastrana um programa semelhante destinado a subsidiar as negociações sobre a redistribuição de terras reivindicadas pelos *cocaleros* (os pequenos plantadores de coca) - as imagens seriam colhidas por satélites captados nas estações da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa) e por aviões eletrônicos de sensoriamento remoto Bem-145/AGS da Embraer, utilizados pela Força Aérea Brasileira (FAB). O especialista afirmou que “o Brasil é o único país do continente capaz de produzir essas informações com recursos próprios”. (O Estado de S.Paulo – Nacional – 04/07/03)

Recrutas serão integrados à Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul

A partir do próximo ano a Brigada Militar do Rio Grande do Sul pode receber o reforço de 1.500 recrutas dispensados do Exército. Ao apresentar o projeto de lei que cria os novos cargos, na quinta-feira (3), o governador Germano Rigotto

(PMDB), afirmou que os jovens serão incorporados como soldados temporários pelo período de, no máximo, três anos. Com isso, o Estado ganha tempo para preparar concursos de admissão e treinar policiais profissionais; o salário será de R\$ 450,00 a R\$ 500,00. (O Estado de S.Paulo – Cidades – 04/07/03)

Sites de Referência:

Correio Braziliense: www.correioweb.com.br

Folha de S.Paulo: www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil: www.jb.com.br

O Estado de S.Paulo: www.estadao.com.br

O Globo: www.oglobo.com.br

Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand, bolsista FAPESP, Adele Godoy, Ana Cláudia Jaquetto Pereira e Leonardo D'Allevedove, bolsistas CNPq/Pibic, e coordenado por Luciene Capellari. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.